

#1 - Guarda Unilateral. Genitor Apresenta Violência Doméstica. Interesse do Menor.

Data de publicação: 06/01/2026

Tribunal: TJ-MG

Relator: Des.(a) Alexandre Santiago

Chamada

(...) “A guarda unilateral deve ser deferida em favor do genitor que demonstra melhores condições de atender ao superior interesse da criança, especialmente quando o outro genitor apresenta histórico de violência doméstica ou familiar e ausência de envolvimento com os filhos.” (...)

Ementa na Íntegra

DIREITO CIVIL. GUARDA COMPARTILHADA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INCOMPATIBILIDADE. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. GUARDA UNILATERAL EM FAVOR DA GENITORA. LEI Nº 14.713/2023. 1. A guarda unilateral deve ser deferida em favor do genitor que demonstra melhores condições de atender ao superior interesse da criança, especialmente quando o outro genitor apresenta histórico de violência doméstica ou familiar e ausência de envolvimento com os filhos. 2. A Lei nº 14.713/2023 estabelece que a guarda compartilhada não deve ser aplicada em situações que impliquem risco de violência doméstica ou familiar, priorizando a segurança e o desenvolvimento saudável dos menores. Dispositivos citados: CF, art. 227; CC, arts. 1.583, 1.584, 1.634; Lei nº 14.713/2023; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 22.

(TJ-MG - Apelação Cível: 50000464820238130554, Relator.: Des.(a) Alexandre Santiago, Data de Julgamento: 15/05/2025, Câmaras Especializadas Cíveis / 8ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 16/05/2025)

Jurisprudência na Íntegra**Inteiro Teor****EMENTA**

DIREITO CIVIL. GUARDA COMPARTILHADA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INCOMPATIBILIDADE. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. GUARDA UNILATERAL EM FAVOR DA GENITORA. LEI Nº 14.713/2023.

1. A guarda unilateral deve ser deferida em favor do genitor que demonstra melhores condições de atender ao superior interesse da criança, especialmente quando o outro genitor apresenta histórico de violência doméstica ou familiar e ausência de envolvimento com os filhos.

2. A Lei nº 14.713/2023 estabelece que a guarda compartilhada não deve ser aplicada em situações que impliquem risco de violência doméstica ou familiar, priorizando a segurança e o desenvolvimento saudável dos menores.

Dispositivos citados: CF, art. 227; CC, arts. 1.583, 1.584, 1.634; Lei nº 14.713/2023; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 22.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.25.014768-3/001
- COMARCA DE JUIZ DE FORA

(SEGREDO DE JUSTIÇA)

- APELANTE (S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- APELADO (A)(S): A.F.F.C.

REPRESENTADO (A)(S) P/ MÃE E.C.F., L.F.C.

REPRESENTADO (A)(S) P/ MÃE E.C.F., P.R.C.

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 8ª Câmara Cível Especializada do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.
DES. ALEXANDRE SANTIAGO RELATOR

V O T O

DES. ALEXANDRE SANTIAGO (RELATOR)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face da sentença de ordem 88, proferida pela MMª Juíza da 3ª Vara de Família da Comarca de Juiz de Fora, nos autos da ação de guarda c/c regulamentação de visitas e oferta de alimentos, ajuizada por P.R.C., em desfavor de A.F.F.C., e L.F.C. e E.C.F., sendo os infantes representados pela genitora, que julgou procedente o pedido inicial para determinar a guarda compartilhada entre os genitores, com o lar materno como referência; regulamentar as visitas paterno-filiais; e para fixar os alimentos.

Em suas razões recursais, ordem 94, informa o il. parquet que existe medida protetiva concedida à requerida em face do genitor/autor. Salienta que a recente Lei nº 14.713/2023, alterou o Código Civil e o Código de Processo Civil, para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos.

Argui que a mera concordância da genitora com a guarda compartilhada, manifestada em sede de contestação, não é motivo suficiente e idôneo para afastar a previsão legal e fundamentar o deferimento de uma medida que pode ser "drasticamente prejudicial" não somente para os menores, mas, também para ela própria. Entende que não é possível afirmar, com segurança, que o requerido não apresentará comportamento passível de colocar os menores em risco, posto que já descumpriu a medida protetiva previamente.

Ressalta que a genitora dos infantes alega que o requerido possui temperamento agressivo e que utiliza substâncias ilícitas; que ele não demonstrou interesse em ter contato com os filhos e, menos ainda, em participar das decisões relativas a eles, não tendo contato com eles há mais de 01 (hum) ano.

Requer o provimento do presente para que seja fixada a guarda unilateral em favor da genitora. Contrarrazões apresentas pelos requeridos à ordem 97. Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça à ordem 100, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Decido Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. A controvérsia recursal resume-se a aferir a pertinência da sentença que fixou a guarda compartilhada, pretendendo o il. Parquet sua reforma a fim de que seja determinada a guarda unilateral em favor da genitora em razão das medidas protetivas deferidas decorrentes de violência doméstica e do abandono do genitor em relação aos filhos.

Tratando-se de demanda que envolve o interesse de criança, o aspecto a ser analisado é o exclusivo interesse desta, que norteia a atuação jurisdicional, porquanto indeclinável a total prioridade de se garantir ao infante as melhores condições de desenvolvimento moral e físico.

A tutela dos interesses da criança deve partir da premissa de que é dever de toda a sociedade e do Estado a promoção da assistência indispensável ao seu desenvolvimento, consoante disposto no artigo 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Cumpra esclarecer que a perda da guarda não se confunde com a perda do poder familiar. Poder familiar é o conjunto de direitos e deveres estabelecidos entre os pais e seus filhos menores de 18 (dezoito) anos.

De acordo com o artigo 1.634 do Código Civil, o exercício do poder familiar inclui, entre outras questões, dirigir a criação e a educação dos filhos menores de idade, tê-los em sua companhia e guarda, conceder ou negar consentimento para casar, representá-los nos atos da vida civil e reclamá-los de quem os estiver detendo ilegalmente.

Inclui, também, o dever de sustento dos filhos, conforme estabelece o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A guarda, por sua vez, é o ato ou efeito de guardar e resguardar o filho enquanto menor de idade, de manter vigilância no exercício de sua custódia e de prestar-lhe a assistência necessária e, assim sendo, diz respeito tão-somente a uma das atribuições do poder familiar.

A norma civil estabelece em seu art. 1.584 a possibilidade de se estabelecer a guarda compartilhada quando ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, se assim desejarem, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda ou quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser:

(...) § 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda da criança ou do adolescente ou quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

(Redação dada pela Lei nº 14.713, de 2023) (destaquei)

Sobre o tema, leciona MARIA BERENICE DIAS:

"Com relação à guarda dos filhos, nenhum dos genitores tem preferência (CC 1.583 e 1.584). A recomendação legal é pela guarda compartilhada, atribuindo-se de modo igualitário a ambos, que têm similitude de deveres e direitos. A guarda unilateral só cabe quando não for possível o partilhamento e é conferida de forma indistinta a quem revelar melhores condições para exercê-la: ou ao pai ou à mãe."

(Manual de direito das famílias. 9ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 68).

No caso em apreço, observa-se da contestação de ordem 35, que:

"Os requeridos concordam com a guarda compartilhada, com residência fixa com a mãe. "Foram juntados com a contestação os documentos de ordens 39/41, em que se verifica que a genitora foi vítima de violência doméstica, sendo, necessário, inclusive, o acolhimento dela e das crianças na" CASA MULHER SEGURA ", do dia 27/03/2023 ao dia 28/03/2023. Apurou-se no estudo social de ordem 61, pelo relato da genitora, que: o requerente sempre foi um pai ausente e que tem aproximadamente 1 (um) ano que ele não vê os filhos; que hoje os filhos já não querem mais ficar com o pai; que ela está em outro relacionamento; que a filha A. chama seu novo companheiro de pai; que conviveu com o requerido por cerca de 15 (quinze) anos; que foi um relacionamento conturbado onde

ela era vítima de constantes agressões e que os filhos presenciavam; que tanto ela como os pais do autor tem medo do convívio dele com as crianças pois ele é agressivo e usuário de cocaína. Em contato via whatsapp com o requerido, ele disse que está residindo no Espírito Santo; realmente tem um tempo que não paga pensão; que mora em um quarto alugado e que deve a um agiota; que " não pretende ver a cara da ex-esposa "; que realmente tem mais de 01 (um) ano que não vê os filhos.

Não há diálogo entre as partes a possibilitar o deferimento da guarda compartilhada, que, in casu, não atende ao melhor interesse das crianças. O apelado não se opôs ao pedido de guarda unilateral e seu direito de visitas está resguardado.

Neste contexto, considerando as peculiaridades do caso em análise, entendo que merece reforma a v. sentença, sendo prudente a concessão da guarda unilateral em favor da genitora a fim de evitar maiores constrangimentos para ela e para as crianças, bem como o risco de novos atos de violência por parte do requerido, que não demonstrou interesse em conviver com os filhos.

Isto posto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO para reformar parcialmente a sentença e conceder a guarda unilateral para a genitora. Custas pelos apelados, ficando suspensa, todavia, a exigibilidade, por litigarem sob o pálio da justiça gratuita.

DESA. ÂNGELA DE LOURDES RODRIGUES - De acordo com o (a) Relator (a).

DES. CARLOS ROBERTO DE FARIA - De acordo com o (a) Relator (a).

SÚMULA:"DERAM PROVIMENTO AO RECURSO"